

# O FUTEBOL



## A HISTÓRIA DO FUTEBOL

“Nós, brasileiros, somos pobres e humilhados. O futebol é a nossa vingança”.  
(Tostão)

A história do futebol no Brasil se mistura, em muitos momentos, com a própria história recente do país, tendo se constituído, nos últimos cem anos, um importante elemento da cultura nacional. O resgate desta história é, portanto, fundamental para que se entenda qualquer tipo de fenômeno que envolve a realidade brasileira nesta modalidade esportiva.

O futebol, tal como conhecemos, foi organizado e regulamentado na Inglaterra, em 26 de outubro de 1863, com a fundação em Londres da Football Association. Segundo Murad (1996, apud Ruiz, 1998, p.21), entre 1810 e 1840 as inúmeras e diferentes regras que surgiram nos diversos colégios em que o futebol já era praticado impuseram a necessidade da regulamentação. Esta regulamentação foi definida em uma reunião na Old Freemanson's Tavern, sediada na Great Queen Street, da qual participaram 11 colégios que praticavam o esporte. Para este autor, o número de jogadores que hoje compõem um time foi definido com base no número de participantes dessa reunião. Mas o futebol, tal como conhecemos, é um esporte lúdico e, como se verá, está se transformando em uma indústria. Mas nem sempre foi assim. Ele já foi ritual de guerra, cerimonial ou mesmo um violento e brutal esporte. Murad (1996, apud RUIZ, 1998, p.22-23) desvenda algumas de suas antigas formas:

“- O Tsü Tsü, por exemplo, é um ritual de guerra da Antiga China, que data de 2.600 anos a.C., aproximadamente. Após combates bélicos, a tribo vencedora jogava futebol com a cabeça do chefe inimigo e dos guerreiros mais valorosos. A crença era que “haveria assimilação pelos pés, que são a base do corpo, que é o lugar da vida, de tudo aquilo que estivesse presente na cabeça briosa dos escolhidos: inteligência, valentia, força, habilidade, liderança”. Além da China, este jogo foi reeditado na Europa Medieval e ao longo do século X na Inglaterra. - O Kemary, jogado no Japão antigo desde 2.600 a.C., é praticado ainda hoje. É um exercício de controle com a bola, dotado de grande plasticidade, delicadeza e elegância. Constitui um cerimonial que celebra o “autoconhecimento, a automeditação, o autocontrole e a autoaprendizagem, preparatória para a disciplina da escola e do saber”.

- O Tlachtli, forma ancestral de futebol na América pré-hispânica, surgido entre 1.200 e 1.600 a.C., era considerado o espetáculo do sagrado, pois representava a atualização do combate cosmológico fundamental para a sobrevivência da humanidade. Jogado com uma dura bola de borracha, o jogo representava uma guerra eterna entre a luz e a escuridão. Ao final do jogo, um jogador era decapitado, e seu corpo puxado ao redor do campo, com o objetivo de divinizar o espaço por meio do sangue.

- Carrera de Bola, espécie avançada e dessacrilizada do Tlachtli, foi utilizado para resolução de problemas políticos, militares e econômicos que surgissem entre os senhorios, especialmente no Estado de Chihuahua, no norte do México.

- O Epyskiros e o Harpastum eram praticados respectivamente na Grécia, a partir do século IV a.C., e em Roma, a partir do século I a.C.. Nesses jogos, uma bola de couro cru devia ser transportada, preferencialmente com os pés, à área defendida pela equipe adversária. Eram jogos praticados pela aristocracia, mas podiam ser praticados pelo povo nas festas em homenagem ao Deus do vinho, Baco – os populares bacanais, festas iniciadas na Grécia e posteriormente transferidas para a civilização romana.

- O Calcio, como até hoje é denominada o futebol na Itália, é uma forma ancestral do esporte e um ritual de lazer da nobreza italiana da Idade Média (século XIV). É jogado em um campo de 120m por 180m, com balizas de madeira nas extremidades e duas equipes com 25 a 30 nobres cada uma. O objetivo do jogo era fazer uma bola de couro cheia de ar passar por cima da trave adversária. No século XVII já era bem mais popular e agressivo, e foi levado para a Inglaterra por partidários de Carlos II, exilados na Itália, quando da restauração do trono. Na Inglaterra, foi praticado de forma bastante agressiva nos jogos da terça-feira gorda de carnaval”.

Percebe-se que, em seu processo embrionário, o futebol já sofria, nas suas regras e organização, a influência de objetivos políticos, militares e econômicos, entre outros. Observa-se também, já neste processo embrionário, um conjunto de intensos significados culturais associados a este esporte.

“Não acredito que um jogo de bola e, sobretudo jogado com os pés, seja capaz de inspirar paixões e ódios. Mas, não, senhor! A cousa era a sério e o narrador da partida, mais adiante, já falava em armas!” Lima Barreto, 1918 (apud BETING, 2003)

A primeira agremiação destinada à prática de esportes terrestres no Brasil foi fundada no Rio de Janeiro, e denominava-se Club Brasileiro de Cricket, cuja sede se erguia no local atualmente delimitado pelas ruas Carlos de Campos, De Pinedo e Paissandu, no Flamengo. Sua freqüência na fase de maior sucesso, de 1880 a 1886, passava de 3.000 pessoas (NETTO, 2002), um feito para a época. O futebol no Brasil foi oficialmente introduzido por Charles Miller, brasileiro descendente de ingleses. Nascido em São Paulo em 1874, foi estudar na Inglaterra e retornou em 1894 com duas bolas de futebol, dois uniformes completos, uma bomba de ar e uma agulha (RUIZ, 1998; NETTO, 2002). Brunoro e Afif (1997) reiteram que, na empreitada para implementar o futebol no Brasil, Miller contou também com o valioso e fundamental auxílio de dois homens: o professor alemão Hans Noibiling, que, em São Paulo, fundou o Germânia, atualmente denominado Pinheiros; e do carioca Oscar Cox, que havia estudado na Suíça, cuja iniciativa possibilitou a introdução do futebol no Rio de Janeiro (NETTO, 2002). Cox viria a ser um dos fundadores e primeiro presidente do Fluminense Football Club. A primeira partida de futebol registrada no Brasil foi possível apenas graças à sua persistência, sendo realizada em 01/08/1901, entre um grupo de brasileiros comandados por Cox e um grupo de jogadores ingleses, no campo da Rio Cricket Athletic Association, em Niterói, e terminou empatado em 1 x 1 (NETTO, 2002). O trabalho de Cox, no Rio de Janeiro, e de Miller, em São Paulo, promovendo jogos, criando a rivalidade Rio-São Paulo e incentivando a fundação de outros clubes e a disseminação do esporte, foi a base desse apaixonante esporte que há um século varre o país: o futebol. Por meio do futebol conhece-se melhor e de forma mais profunda a complexidade brasileira e, por meio do Brasil, a complexidade do futebol. Um país que tem samba, chorinho, frevo e capoeira tem que jogar futebol de forma diferente (MURAD, 1996, apud RUIZ, 1998). Holanda (2005) personifica essa afirmação, lembrando um dos maiores jogadores de futebol da história do Brasil, Garrincha:

“Referindo-se a Garrincha, o jornalista da Revista Veja, publicada por ocasião da sua morte, observa: ‘ao receber um passe, nunca lhe dava seqüência, sem antes divertir-se um pouco com a bola, com o adversário e, assim, divertir a platéia’. (...) Embora não estivesse inserido no ideal futebolístico bretão - onde o indivíduo opera como mera ferramenta do conjunto - Garrincha se mostrava capaz de interagir com o corpo de jogadores e simultaneamente destacar-se individualmente por sua habilidade excepcional. Driblava a nulidade a que o sujeito estaria fadado no universo inglês,

introduzindo um jogo que combinava interação e singularidade individual”. (HOLANDA, 2005, p. 88 e 89).

O fim da escravidão oficial no Brasil ocorreu em 1888, próximo, então, ao surgimento do futebol (1894). O futebol era, no início, proibido a negros, mestiços, mulheres e brancos pobres. Sua popularização e democratização ocorreram a partir dos anos 1920, quando, para os pobres, o sucesso no futebol significava a realização financeira que jamais teriam nos seus trabalhos rotineiros, isso nos casos em que tivessem emprego (SANTOS, 2002; BRUNORO e AFIF, 1997). O futebol trouxe ao proletário urbano e rural a chave do autoconhecimento, habilitando-o a uma ascensão a que o simples trabalho não dera ensejo (DRUMMOND, 2002, p.38). Brunoro e Afif (1997) observam que a postura conservadora de alguns dirigentes e o racismo embutido em grande parte das elites faziam com que o futebol continuasse no amadorismo por muitos anos após sua iniciação no Brasil. Desde 1901, ligas foram fundadas em São Paulo, e desde 1905 no Rio de Janeiro. Por volta de 1915, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Paraná e Rio Grande do Sul também já possuíam as suas. Em 1915, São Paulo e Rio de Janeiro disputavam o direito de representar o Brasil no exterior e, assim, cada estado fundou sua própria federação nacional (Federação Brasileira de Futebol em SP e Federação Brasileira de Esportes no RJ). Para resolver o impasse, o embaixador Lauro Muller atuou como mediador de um acordo cujo produto final foi a criação da Confederação Brasileira de Desportos (CBD), em 6 de novembro desse ano. Em 1917, a Federação Internacional de Futebol (FIFA) reconhece a CBD como a única entidade oficial do Brasil e, a partir daí, o futebol nacional começa a participar de vários torneios importantes, inclusive a primeira Copa do Mundo de Futebol, em 1930, no Uruguai (SANTOS, 2002; FRANZINI, 2003). Nessa altura, o número de aficionados por futebol já era grande, fazendo com que ele deixasse de ser visto como um esporte de elite e passasse também a ser praticado por negros e pela classe mais humilde. Arthur Friedenrich, atacante do Fluminense Football Club, por exemplo, passava gomalina em seus cabelos para alisá-los e ser aceito no futebol. Só em 1918, por pressões da imprensa, a Federação Brasileira de Sports autorizou formalmente os clubes e entidades regionais a aceitarem negros (FOLHA DE SÃO PAULO, 1994, apud BRUHNS, 2000). Talvez essa seja a primeira grande demonstração de interferência do Poder Público no futebol que se tem notícia. Se, em 1919, o Presidente Epitácio Pessoa até saudou uma Seleção Brasileira formada apenas por brancos, em 1921 foi proibido, mesmo que não formalmente, que negros integrassem a Seleção Brasileira que disputaria o campeonato Sul-Americano disputado na Argentina naquele ano; não só no time, como também na delegação que viajou a Buenos Aires. Como explicação, apontava-se o medo

de que o insucesso pudesse acirrar ainda mais as animosidades racistas da época (CALDAS, 1990, apud BRUHNS, 2000). Segundo Santos (2002), em meados da década de 1920 duas questões eram prementes: a da aceitação de negros nos times e a questão da remuneração dos jogadores. O goleiro Marcos Carneiro de Mendonça, um dos primeiros ídolos cariocas – foi tricampeão carioca pelo Fluminense de 1917 a 1919 e goleiro da seleção brasileira na época, bem como Presidente do Fluminense de 05/05/1941 a 26/08/1943 (NETTO, 2002) - abandonou os campos por ser contra a transformação do esporte, “uma coisa pura, destinada à superação da raça, num simples e sujo comércio” (PEREIRA, 2000). O Clube de Regatas Vasco da Gama teve grande papel na primeira questão, sendo o primeiro clube a permitir jogadores negros em seus times. Com a ascensão do time, especialmente após a conquista do campeonato carioca de 1923, os demais clubes logo perceberam que poderia ser um bom negócio permitir a inclusão da classe mais humilde em seus esportes (CALDAS, 1990, apud BRUHNS, 2000). Esta atitude social trazia ainda outros benefícios, como uma maior simpatia de poetas, filósofos e sociólogos pelo clube – Carlos Drummond de Andrade, apesar de se considerar um torcedor “bissexto” (apenas em anos de Copa do Mundo prestava maior atenção ao futebol), torcia pelo Vasco por este motivo (DRUMMOND, 2002). Quanto à segunda questão, cada vez mais os torcedores queriam os melhores jogadores em seus times, empurrando os dirigentes à profissionalização dos jogadores – especialmente após 1931, quando Domingos da Guia e Leônidas da Silva, considerados os maiores craques da época, trocaram o Brasil pela Europa, onde passariam a jogar percebendo remuneração (BRUNORO e AFIF, 1997).

A partir da década de 1920, graças aos repetidos jogos entre selecionados dos dois estados, a rivalidade entre paulistas e cariocas foi se acirrando, a ponto de se assemelhar à já existente entre Brasil e Argentina. Esta rivalidade se estendia para fora dos gramados, com trocas de farpas políticas via, normalmente, imprensa escrita. Assim, a tentativa da CBD de promover um campeonato nacional de seleções com o objetivo de integrar o país acabou acirrando ainda mais os ânimos bairristas, já exacerbados, devido também ao centenário da independência, em 1922, quando publicações em São Paulo afirmavam que o Estado deveria ser a locomotiva do país, em detrimento da Capital Federal (FRANZINI, 2003). Esse “tiro pela culatra” foi largamente criticado por alguns autores, como se verá a seguir. Cristina Buarque de Holanda, em um artigo que duela as antagônicas visões de Coelho Netto e Lima Barreto sobre a inserção do futebol na sociedade brasileira, ressalta outro interessante aspecto do futebol nas primeiras duas décadas do século XX. Na primeira década, o futebol, além de ser visto como um esporte das elites, era visto por alguns também como uma atividade excêntrica. Coelho

Netto, que depois se tornou entusiasta do esporte, em seu romance “Esphinge”, de 1908, narra sobre uma personagem inglesa denominada James Marian, que dedica seus domingos ao tal football, hábito considerado bizarro pelos demais hóspedes da pensão onde residia (HOLANDA, 2005). Com o passar do tempo, mesmo a popularização gradativa do futebol na segunda década não refreou os ânimos de alguns intelectuais sobre a “utilidade” deste esporte. Graciliano Ramos, por exemplo, escreve em 1921 uma crônica intitulada “Traços a Esmo”, em que se mostra descrente da inserção do futebol como prática nos cenários dos “sertões” brasileiros, argumentando através da diferença identitária entre os centros urbanos e o sertão. Ramos ironiza o futebol afirmando que este é “fogo de palha”, e conclui sua crônica recomendando o desenvolvimento dos músculos, da força, mas não através de esquisitices que “vocês nem sabem pronunciar” (HOLANDA, 2005). E ironiza:

“Os verdadeiros esportes regionais estão aí abandonados: o porrete, o cachação, a queda de braço, a corrida a pé, tão útil a um cidadão que se dedica ao arriscado ofício de furtar galinhas, a pega de bois, o calto, a cavalhada e, melhor de tudo, o cambapé, a rasteira. A rasteira! Este sim é o esporte nacional por excelência!”. (RAMOS, 1921, apud HOLANDA, 2005).

Nessa época, a ironia dirigida ao esporte era bastante comum, graças à centralidade conferida às atividades do intelecto, e não era exclusiva de Graciliano. Lima Barreto, por exemplo, até rompendo as raias da ironia, afirma em seu artigo “Como Resposta, Careta”, na publicação “Marginalia”, de 8 de abril de 1922, ser o futebol o “primado da ignorância e da imbecilidade” (BARRETO, 1922, apud HOLANDA, 2005; FRANZINI, 2003). Barreto era de opinião que, ao cultivar o amor à luta e à competição, o esporte dividiria os homens e os povos, tecendo animosidades entre eles. Barreto chamava atenção também para o perfil discriminatório da prática e dos discursos em torno do futebol. Apontava que, diante do público internacional, o país deveria fazer-se representar apenas por meio de jogadores que detivessem a “capacidade física dos reprodutores de espécie”, mas que tal discriminação não existia em relação aos contribuintes da receita. Sobre a feroz crítica de Barreto, vale destacar um trecho do artigo de Holanda:

“Barreto redige a crônica O Meu Conselho, em outubro de 1921, inspirado por um anúncio de jornal onde um inglês de família nobre e rica declara o seu desejo de esposar uma brasileira de origens igualmente distintas. Barreto o aconselha a postergar tal pretensão. Muito melhor seria vir inicialmente dedicar-se ao tal esporte bretão em terras brasileiras. Além da inominável reputação de que gozaria, poderia representar o Brasil no

estrangeiro e assim enriquecer facilmente. O Governo brasileiro seria generoso com ele, quanto a isso não haveria dúvidas. O football e os estrangeiros estão sob suas graças; “o Governo nacional, de mãos dadas com as eugênicas autoridades dos pontapés, cheias de contentamento por terem encontrado tão lídimo ‘expoente’ (vá lá!) da população brasileira, há de cumulá-lo de toda espécie de recompensa, sobretudo monetárias”. E conclui: “Venha pra cá e meta-se no nosso football que o dinheiro choverá e bons casamentos não lhe faltarão. É meu conselho”. (HOLANDA, 2005, p. 85.).

Mas a partir da terceira década do século XX o futebol começa a ganhar espaço, positiva ou negativamente, e começa a ser considerado que falar sobre futebol implica falar sobre a sociedade brasileira, suas distintas expectativas, aspirações e frustrações (HOLANDA, 2005). E se, entre os intelectuais, este espaço foi sendo conquistado, a popularidade do esporte já havia abarcado a sociedade. O historiador Fabio Franzini (2003) cita Mario Cardim que, em 1920, observou que “o relato estatístico dos jogos de futebol entre Rio e São Paulo não é um simples episódio da história das relações esportivas entre esse Estado e a Capital Federal, e sim constitui um capítulo, e dos mais importantes, da própria história do esporte nacional”. Senão vejamos um bom exemplo: em 29 de maio de 1919, o Presidente da República em exercício, Delfim Moreira, decreta ponto facultativo nas repartições públicas, enquanto os bancos e as casas de comércio sequer abriram as portas. O motivo? Possibilitar a ida ao novíssimo estádio do Fluminense Football Club, nas Laranjeiras, onde iria tomar parte a final do terceiro campeonato sul-americano de futebol, a ser jogada entre Brasil x Uruguai - vencido pelo Brasil após duas prorrogações, por 1 x 0 (FRANZINI, 2003). Com esta popularização, na década de 1920, a briga entre amadorismo e profissionalização aumentou. A CBD queria o amadorismo, mas os clubes defendiam o profissionalismo para os jogadores, uma vez que estavam perdendo seus craques para o exterior. Na Europa, a partir de 1924 diversos países adotaram o profissionalismo, como Áustria, Hungria, Espanha, Itália e nossos vizinhos Argentina e Uruguai. Com isso, a primeira Copa do Mundo foi autorizada pela FIFA a ser jogada por jogadores profissionais, em 1930.

A conscientização do valor do jogador motivou alguns a tentar organizar uma entidade de classe, antes mesmo que a regulamentação do profissionalismo dos jogadores de futebol se concretizasse. Alguns jogadores fizeram, assim, publicar na Gazeta – Edição Esportiva (1932) um manifesto demonstrando o descontentamento dos jogadores paulistas com a situação em que se encontravam (FRANZINI, 2003). O manifesto clamava pela possibilidade de exercer sua profissão (sim, já que a grande maioria já não

possuía outras atividades) com maior segurança e tranqüilidade, e abordava questões com a criação de uma caixa previdenciária, um melhor tratamento e atenção às ofertas de compra de “passe”, a alterações no sistema de inscrição dos jogadores nos clubes (eram perpétuas, e o clamor era por inscrições por campeonatos) etc. Também os dirigentes estavam descontentes com a situação de semiprofissionalismo, conhecida como “amadorismo marrom”. Para estes, somente a profissionalização poderia criar maior força para o espetáculo (FRANZINI, 2003), além de segurar os maiores craques. É importante ressaltar, assim, o cenário político brasileiro na década de 1930. A ditadura de Getúlio Vargas, apoiada pelas oligarquias urbanas e pelos militares, comandava o país. Vargas criou a primeira lei trabalhista, que concedeu algumas garantias para o trabalhador. O mercado de trabalho brasileiro passava a ser regulado pelo Governo (SANTOS, 2002), que estimulou a extinção do amadorismo no futebol (CARVALHO, GONÇALVES e ALCÂNTARA, 2003). O processo de abertura política tornava os atletas ainda mais reivindicativos, acelerando a luta pelo profissionalismo. O novo momento político, de ruptura com as antigas oligarquias rurais elitistas, influenciava o meio do futebol. Marcelo Proni resume assim a crise do modelo:

“Podemos entender a crise do modelo amador como decorrente de três tipos de determinantes: a) a transformação do futebol em espetáculo popular, concomitante com a progressiva inclusão de atletas pobres nos times, que cria uma brecha para o profissionalismo; b) o ambiente ideológico favorável a uma renovação da sociedade, que demanda direitos civis e sociais, e vai tornando o elitismo uma prática anacrônica; e c) a crise econômica e a transição política que marcaram o final dos vinte e o início dos trinta, dificultando a sustentação financeira e a manutenção do amadorismo. Considerando esse contexto, o modelo amador estava com os dias contados e a adoção do regime profissional era uma questão de tempo”. (PRONI, 2000, p. 112 apud SANTOS, 2002, p. 28)

Em 1933, a aliança entre paulistas e cariocas organizou o primeiro campeonato Rio-São Paulo, em defesa do profissionalismo. Em janeiro desse ano, os presidentes de Fluminense, Vasco, Bangu e América rompem com a AMEA (Associação Metropolitana de Esportes Atléticos) e fundam Liga Carioca de Futebol, primeira entidade dirigente a aceitar oficialmente o profissionalismo para os atletas do esporte (FRANZINI, 2003). Em agosto daquele ano, a associação paulista (APEA -Associação Paulista de Esportes Atléticos) e a Liga Carioca (LCF) desfiliam-se da CBD e criam a Federação Brasileira de Futebol (FBF), favorável à profissionalização da profissão de jogador de futebol, que

passou a disputar o direito de representar a FIFA no Brasil (SANTOS, 2002; FRANZINI, 2003). Essa união foi considerada por muitos um marco, visto que, após uma grande e recente rivalidade, paulistas e cariocas se uniam em torno de um objetivo comum. A transição do amadorismo para o profissionalismo foi incentivada também, conforme salienta Brunhs (2000), pela divulgação do esporte pelo rádio, a partir de 1938, bem como pela imprensa escrita. Franzini (2003) acrescenta que, embora a radiodifusão tenha sido iniciada no Brasil em 1922, como instrumento de educação e cultura erudita, a partir de 1932, quando foi autorizada a divulgação de propaganda pelo rádio, o veículo mudou seu objetivo maior, que passou a ser a obtenção de audiência. Com isso, pouco a pouco foi alterando a sua cara. Sua linguagem ficou mais coloquial e direta e, assim, mais próxima do futebol e de seu público. Um ano depois, Franzini afirma que partidas inteiras já eram transmitidas. Citando um exemplo, lembra que, em 1931, a PRAR (Rádio Record de São Paulo) inaugurou seu primeiro programa de esportes: “Record nos Esportes”, efetuado em conjunto com um grande jornal vespertino, “A Gazeta Esportiva”. Houve, assim, um processo de alavancagem de três novas indústrias, que se auxiliaram mutuamente: a do rádio, a da imprensa escrita e a do futebol. (FRANZINI, 2003). Para os jogadores, buscar o profissionalismo significava a sobrevivência imediata. Significava também o sonho de ascensão sócio-econômica para muitos daqueles que não encontravam tal oportunidade no mercado de trabalho. E isso era especialmente verdade quanto aos negros, que ainda sofriam com a discriminação oriunda da época escravagista (FRANZINI, 2003). Anatol Rosenfeld, em 1956, escreveu que não era apenas o sonho, todavia. Segundo este autor, era claro que nas camadas inferiores, entre os negros, mulatos e brancos pobres, havia um grande número de jogadores de primeira classe. Rosenfeld acreditava que fosse pelo talento natural, ou porque a “sucção de subida” e o remoinho das chances do futebol os envolvia e canalizava, ou porque eles, que não eram estudantes de Medicina ou Direito e freqüentemente não tinham profissão, podiam lançar toda a sua paixão no jogo. Combinando a penúria social a esses atributos, muitos viram a sua hora chegar. E viram também no futebol, como a embriaguez do álcool e da dança, um caminho de fuga, certamente um caminho que parecia ir para cima. E arremata: “Apenas poucas décadas antes havia sido abolida a escravidão. Ainda aderir a uma mancha a qualquer trabalho manual. Dar pontapés numa bola era um ato de emancipação” (ROSENFELD, 1956, apud FRANZINI, 2003, p.64). O profissionalismo para os atletas, após grande controvérsia entre grupos contra e a favor, foi, assim, sendo implementado através dos contratos financeiros oferecidos aos jogadores. A partir da década de 1930, os campeonatos e o papel da federação começaram a ganhar força (BRUNORO e AFIF, 1997). A afirmação do profissionalismo, contudo, não significou o encerramento dos conflitos existentes no meio do futebol. A briga entre a FBF e

a CBD fez com que esta última só enviasse jogadores amadores para a segunda Copa do Mundo, resultando na desclassificação do escrete nacional logo na primeira partida. Arthur Friedenreich, um dos grandes craques da Seleção à época, declarou: “A política absorveu tudo. Ela cegou os homens. Se fossem patriotas, fariam a pacificação” (BETING, 2003). Assim, o choque entre o amadorismo e os “novos tempos” abriu nova crise institucional (FRANCINI, 2003), ladeada pelo Governo de Getulio Vargas, que passou a olhar o esporte com olhos de Estado Novo – como será visto mais adiante. Em 1937, a CBD finalmente aceita o profissionalismo, em troca da manutenção de seu poder. E, na Copa do Mundo do ano seguinte, o Brasil consegue um terceiro lugar, em uma participação elogiada por todos, com Leônidas da Silva como grande destaque da competição (SANTOS, 2002). Assim, Santos (2002) aponta a pressão externa como o maior vetor a forçar os clubes a adotarem o profissionalismo para seus jogadores. O autor afirma também que a profissionalização do jogador de futebol foi a primeira grande transformação do futebol brasileiro. Essa celeuma representa o berço das disputas políticas que nortearam as transformações na gestão do futebol ao longo do século XX. Aliás, como lembra Santos (2002), a União Soviética, a Itália e a Alemanha são exemplos notórios de utilização do esporte para efeitos políticos, bem como os Estados Unidos. Sobre esta mentalidade diretiva, o jornal O Estado de São Paulo, após a derrota do Brasil frente à Espanha no seu único jogo disputado na Copa de 1934, critica a postura dos governantes brasileiros de não pensar dessa forma:

“Certos esportistas, ou como tais considerados, não se compenetraram de que a representação de um povo em reuniões internacionais, mesmo em se tratando de futebol, é coisa muito mais séria do que imaginam. Basta lembrar que, na Europa, os estadistas de renome têm interferido nos fatos esportivos. Dos nossos estadistas nada podia se esperar, porque eles, infelizmente, não sabem o valor de iniciativas dessa natureza”. (O Estado de São Paulo, 27/05/34, apud FRANZINI, 2003)

De 1937 a 1945 o Brasil viveu o período histórico denominado Estado Novo, com forte inspiração na ideologia fascista, em plena ascensão na Europa, e a mentalidade do Governo começa a mudar. Similarmente, o esporte passou a ter maior importância na política educacional brasileira (NETO e MANSSUR, 2002), bem como a atender a interesses políticos do Estado. Diferentemente do que ocorrera em 1930, quando a Seleção não merecera maior atenção do Governo de Washington Luís, e de forma mais elaborada que

em 1934, agora o nacionalismo de Estado encontrava e assumia o sentimento popular, com constantes referências a Getúlio nas palestras oficiais. Os jogadores passaram a desempenhar o papel de verdadeiros embaixadores brasileiros – papel muito combatido por Lima Barreto, conforme já visto – tendo mesmo a filha de Getúlio como madrinha da equipe na Copa de 1938 (FRANZINI, 2003). O Governo descobria o esporte como instrumento. Até então, a iniciativa de construção da infra-estrutura para a prática do futebol vinha sendo apenas dos próprios clubes. O primeiro estádio a ser construído foi o do Fluminense, graças aos esforços do Sr. Arnaldo Guinle, que viria a ser presidente do clube por 15 anos em sua primeira gestão (1916 a 1930) e por mais 3 anos, posteriormente (1943 a 1946), no bairro das Laranjeiras (NETTO, 2002). O estádio tinha capacidade para 18 mil pessoas, e lá foi realizado o primeiro jogo da Seleção Brasileira de Futebol, que em 1914 venceu o Exeter City, um clube inglês (SANTOS, 2002), por 2 x 0. Em 1940, o Governo Vargas construiu o estádio do Pacaembu, com capacidade para até 60 mil pessoas e, em 1950, o Estádio Jornalista Mário Filho, o popular Maracanã, com capacidade para 200 mil pessoas. Santos (2002, p.29) corrobora com a opinião de outros autores de que foi o Estado Novo que iniciou no Brasil o uso do futebol como meio de comunicação de massa, no que foi seguido por outros Governos com afã ou necessidade de se aproximar do povo.

Durante a segunda guerra mundial, novamente, influências externas forçaram mudanças no futebol. Clubes fundados por colônias do eixo nazista (Alemanha, Itália e Japão) tiveram que trocar de nome. Assim, o Palestra Itália virou Sociedade Esportiva Palmeiras e o Germânia de São Paulo virou Pinheiros, entre outros exemplos (SANTOS, 2002). Desde aquela época, a organização dos clubes brasileiros é muito parecida entre si. E com relação à organização do país, o modelo federativo foi sempre fortalecido. Em 1941 foi criado o Conselho Nacional de Desportos (CND), que determinou que todas as entidades estaduais filiadas e responsáveis pelo futebol devem ser denominadas federações e estar subordinadas à CBD, cristalizando o processo de regionalização (SANTOS, 2002). A pesquisadora Janet Lever aponta que, apesar dessa imposição da ordem e da criação do CND, a CBD era comandada pelos desportistas, que tinham quase total domínio das decisões. Os estatutos dos clubes em geral previam a eleição dos seus presidentes pelos sócios (ou pelos seus conselheiros, em alguns casos). Assim também era a eleição dos presidentes das federações estaduais: um clube, um voto. O sistema dos três poderes que garantia o equilíbrio do sistema era garantido pela presença da Assembléia Geral (o legislativo), da diretoria (o executivo) e do Tribunal de Justiça Desportiva (o judiciário), o que, segundo a pesquisadora, “evitava o uso arbitrário do poder” (LEVER, 1983, apud Santos, 2002, p. 32). As federações estaduais representam os clubes em cada estado. Seu

presidente é eleito pelos presidentes dos clubes, que em geral negociam seus votos, seja em dinheiro, seja em apoio ou favores políticos. Dessa forma, a estruturação do futebol foi, por um lado, impulsionada pelo Governo e, por outro, solidificou a antiga estrutura oligárquica baseada em antigas forças políticas locais, o que tornava as decisões esportivas meros acordos eleitoreiros. Assim, há uma relação política envolvendo os clubes e as federações, com base na qual muitas vezes gera-se um feudo que permite ao presidente se perpetuar no poder (SANTOS, 2002). Nesse sentido, Santos (2002) entende que a estrutura federativa engessou o desenvolvimento da gestão, visto que esta era desempenhada primeiro para a manutenção do poder político e só depois para o desenvolvimento do esporte, transformando, assim, as Federações e a CBD em escravas dos acordos políticos. O sistema de um clube, um voto permitiu e permite aos dirigentes manipular as federações e mandar com o apoio dos mais fracos, dando-lhes em troca algumas migalhas para se manterem no poder (AIDAR, 2002). No entanto, Neto e Manssur (2002) lembram que o sistema de federações estaduais subordinadas à confederação brasileira corrigiu diversas distorções na administração do esporte no Brasil, como a cisão que havia entre os estados do Rio de Janeiro e São Paulo, a qual obstruía a formação de uma seleção brasileira para as competições internacionais de futebol.

“Durante a Copa de 1958, eu substituí vários ministros e nada nos jornais. Estou pensando em novas mudanças. Quando é a próxima Copa do Mundo?” Juscelino Kubitschek, presidente da República, em conversa com o presidente da CBD, João Havelange, em 1959 (BETING, 2003)

“Façam de tudo. A vitória de vocês é mais importante que toda a safra de grãos”. João Goulart, presidente da República, no embarque da Seleção Brasileira para a Copa do Mundo de 1962 (BETING, 2003)

Ao longo dos anos, o profissionalismo dos jogadores foi se desenvolvendo ainda dentro de um chamado romantismo. A perda da Copa do Mundo de 1950, dentro do Maracanã, a desclassificação precoce da Seleção Brasileira na Copa de 1954, a magia do jogo que levava mais de cem mil pessoas ao Maracanã para ver os dribles de Garrincha, a classe de Nilton Santos e a elegância de Didi na década de 1960, se uniram ao tri-campeonato mundial da Seleção Brasileira em 1958, 1962 e 1970 para afirmar a paixão pelo esporte. Dentro desse sentimento, o romantismo ainda era visto como o grande

cobertor que dificultava a transferência de jogadores por fins unicamente comerciais. E, adicionalmente, praticamente impedia a reivindicação de mudanças (AIDAR, LEONCINI e OLIVEIRA, 2002). É importante ressaltar um dos grandes marcos do futebol brasileiro em todos os tempos, ocorrido nesse período: a conquista da Copa do Mundo de Futebol de 1958, na Suécia. Mais do que um título, a vitória nos frios gramados nórdicos resgatou o sentimento patriótico da nação como um todo, que agora poderia gabar-se de ser melhor que todo o resto do mundo em pelo menos alguma coisa. Em tempos de “Milagre Econômico”, a conquista foi um verdadeiro molho de desenvolvimento para o povo brasileiro. Para descrever a alteração de sentimento dos brasileiros, o genial Nelson Rodrigues em sua coluna na Manchete Esportiva de 12 de julho daquele ano assim escreveu:

“Vejam como tudo mudou. A vitória passará a influir em todas as nossas relações com o mundo. Eu pergunto: que éramos nós? Uns humildes. O brasileiro fazia-me lembrar aquele personagem de Dickens que vivia batendo no peito: ‘Eu sou humilde! Eu sou o sujeito mais humilde do mundo!’. Vivia desfraldando essa humildade e a esfregando na cara de todo mundo. E, se alguém punha em dúvida a sua humildade, eis o Fulano esbravejante e querendo partir caras. Assim era o brasileiro. Servil com a namorada, com a mulher, com os credores. Mal comparando, um São Francisco de Assis, de camisola e alpercatas. Mas vem a deslumbrante vitória do escrete e o brasileiro já trata a namorada, a mulher, os credores de outra maneira; reage diante do mundo com um potente, um irresistível élan vital. E vou mais além. Diziam de nós que éramos a flor de três raças tristes. A partir do título mundial, começamos a achar que a nossa tristeza é uma piada fracassada. Afirmava-se também que éramos feios. Mentira! Ou, pelo menos, o triunfo embelezou-nos. Na pior das hipóteses, somos uns ex-buchos”. (Nelson Rodrigues, Manchete Esportiva, 12 de julho de 1958, apud FRANZINI, 2003)

Com a vitória do belo futebol brasileiro sobre o denominado futebol-força europeu em plena Europa, o romantismo apregoado vence seu primeiro round. No final dos anos 1960, ocorre uma polêmica no futebol brasileiro entre os partidários da força e da arte. Esse momento histórico, marcado pela insígnia do “milagre brasileiro” – como bem lembra Vogel (1982, apud BRUHNS, 2000) –, é a tecnocracia evidenciando a existência da ideologia desse milagre. Vogel prossegue afirmando que “as discussões dessa época giravam em torno do binômio ciência-eficiência. O futebol colocou esse problema nos seus próprios termos, através da oposição entre um futebol-arte e um futebol-força

(BRUHNS, 2000, p.68), sendo que o primeiro estilo privilegiaria o drible, o toque de bola, o improvisado e a criatividade, e o outro é definido por repetição planejada de movimentos mecânicos de eficácia empiricamente demonstráveis (MANHÃES, 2004). Ou, como bem define João Saldanha, “Brasil e Alemanha sempre fazem um jogo muito bom. Uma escola de futebol leve e alegre, que gosta de samba, contra outra que adora Wagner” (VASCONCELOS e LACERDA, 2002, p.44 apud MANHÃES, 2004). O discurso de Saldanha sobre o confronto do futebol-força com o futebolarte, segundo Manhães:

“remete-nos a aspectos sociais que fazem a mediação entre a função total, filosófica, e o plano figurativo, demonstrando que no discurso de João o homem criativo, o craque, a práxis, o “futebol-arte”, correspondem às vozes de um sujeito determinado, o povo, e à produção discursiva que expressa sua identidade, a cultura popular nacional”. (MANHÃES, 2004, p. 50).

A ideologia nacional é, assim, resgatada utilizando o futebol como ferramenta de condução da nacionalidade brasileira ao mundo pelo Governo ditatorial instaurado em 1964, tendo o futebol-arte como seu mais fiel condutor. Mais uma vez, o país – e o Governo – se utiliza do futebol, e conseqüentemente dos clubes, sem que um auxílio efetivo seja concedido a estes, já definidos como carros-chefe dessa indústria no país. Nesse mesmo final dos anos 1960 surgem as torcidas organizadas, marcando a constituição de diversas facções de torcedores do mesmo time concorrendo entre si, paralelamente ao desenvolvimento de toda uma economia informal que envolvia a venda de camisetas e flâmulas, viagens etc (LOPES e MARESCA, 1992, p. 133, apud BRUHNS, 2000). Em 1968 ocorreu mais um importante capítulo: a regulamentação da venda do passe do jogador de futebol. Mais uma vez, a iniciativa partiu do Governo (SANTOS, 2002). Em 1969 foi criada a Loteria Esportiva, destinada a financiar políticas sociais, principalmente ligadas ao desenvolvimento do esporte, além do apoio aos clubes de futebol, como no pagamento das passagens para os times no futuro campeonato brasileiro (SANTOS, 2002).

A megalomania do regime militar, infiltrado na CBD nos anos 1970, foi o ponto de partida rumo ao brejo (reportagem “A Geração Perdida”, Folha de S. Paulo, Caderno 100 anos do Futebol, apud BRUHNS, 2000). Em 1971, houve o primeiro Campeonato Brasileiro de Futebol, que contou com a participação de clubes de quase todos os estados da Federação. Oriundo de uma vontade política do Governo Militar que era interessado em uma ideologia que privilegiasse a união e integração do país, o campeonato foi vencido pelo

Atlético Mineiro, dando mais uma mostra de que era importante abrir espaço também para outros centros fora do eixo Rio-São Paulo (SANTOS, 2002). Nessa época, como observa Ronaldo Helal, vários fatores estavam levando o futebol à beira de um colapso:

“a) a interferência do Estado, devido a uma legislação esportiva que não dava autonomia aos clubes e federações;

b) os interesses pessoais e políticos dos diretores das federações, da CBF e de alguns clubes;

c) o paradoxo de haver dirigentes amadores administrando uma atividade cada vez mais profissional e comercial;

d) os campeonatos deficitários;

e) o êxodo dos craques para o exterior; e

f) o sucesso administrativo do futebol na Europa”. (HELAL, 1997, apud SANTOS, 2002, p. 61).

É importante lembrar que o Governo continuava utilizando o futebol como ferramenta de manobra de seus interesses, sem que um auxílio eficaz fosse desenvolvido para esta indústria. Foer (2005) lembra que em 1970, na volta da seleção brasileira tricampeã mundial ao Brasil, o presidente Emilio Garrastazu Médici anunciou: “Eu identifico essa vitória obtida na fraternidade da boa prática desportiva com a ressurreição da fé em nosso desenvolvimento nacional.” Na década de 1970, um grande personagem da história do futebol brasileiro entra em cena: João Saldanha, figura central na história do futebol brasileiro. Sócrates Brasileiro (2004) entende que compreendê-lo em profundidade é uma experiência fascinante, e que nos oferece também a oportunidade de entender quem somos e como somos. Brasileiro por opção, nascido uruguaio, Saldanha sempre se opôs ao que de mais arcaico podemos encontrar em nossa sociedade (BRASILEIRO, 2004). Em um conturbado cenário ditatorial, João Saldanha começou a discutir a falta de organização e estrutura do futebol brasileiro. Técnico que classificou a Seleção Brasileira para a Copa do Mundo de 1970, devido à sua postura questionadora foi substituído por Zagallo, que acabaria por ser tricampeão do mundo. Após sua saída da seleção, Saldanha levou ao então Ministro da Educação, Jarbas Passarinho, que era responsável pelo esporte no país, uma lista com 18 itens propondo ações diversas para “modernizar” o futebol brasileiro (SANTOS, 2002, p.34). O

pesquisador Luiz Videro Santos (2002) adaptou e resumiu a lista. A este resumo, acrescentou-se, para fins de comparação, um panorama atual das recomendações de Saldanha, 35 anos depois de sua elaboração:

- a) necessidade de pré-temporada, de um calendário bem definido e com menos jogos - Saldanha propunha 50 jogos em média por time no ano. Em 2005, o São Paulo Futebol Clube jogou 92 partidas, sendo o time brasileiro que mais atuou nesse ano. Ainda não há período de pré-temporada para os clubes previsto em Calendário; o avanço se deu no calendário nacional, que há 3 anos vem sendo definido e seguido com antecedência de 4 meses anteriores ao início da temporada;
- b) necessidade de criação de uma primeira divisão com 16 clubes, de forma a transformar também a segunda divisão em um campeonato lucrativo - em 2002, com o crescimento do mercado, o campeonato brasileiro de futebol contava com 26 clubes, e sua fórmula de disputa não havia sido repetida uma única vez desde a sua criação em 1971; a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) definiu, em parceria com os clubes, que a fórmula do campeonato seria alterada para o sistema de pontos corridos, presente em grande parte dos países europeus e, através do sistema de rebaixamento progressivo (rebaixando quatro clubes para a segunda divisão e ascendendo apenas dois à primeira), chegar-se-ia, em 2006, ao ideal - um campeonato com 20 clubes na primeira e segunda divisões. Esse modelo foi seguido, e a CBF em 01/02/2006, a despeito da reclamação de alguns clubes, manteve o prometido, bem como o sistema de pontos corridos para as temporadas de 2006 e 2007;
- c) obrigatoriedade da presença de um clínico-geral nas comissões técnicas e de exames gerais periódicos - atualmente, há clubes com um grande corpo médico, bem como preparador físico e, em alguns poucos casos, nutricionistas e mesmo psicólogos;
- d) organização de uma comissão anti-doping - os exames anti-doping são praxe hoje no futebol brasileiro, muito embora não tenham orçamento para ter uma razoável abrangência - os exames são efetuados em dois jogadores por jogo, e mesmo assim apenas em jogos de alguns campeonatos, como o campeonato brasileiro;

- e) controle de idade dos jogadores desde as categorias mais jovens - um problema que hoje ainda não está totalmente resolvido; ainda se vêem casos de jogadores com idade adulterada;
- f) moralização dos departamentos amadores dos clubes - Saldanha faz aqui uma referência não explícita ao assédio sexual de menores por técnicos e dirigentes das categorias de base; provavelmente o problema ainda existe, mas o assunto permanece um tabu no meio futebolístico (SANTOS, 2002, p.35);
- g) adequar a legislação específica à legislação trabalhista, assegurando os direitos normais de todo trabalhador aos jogadores - férias de 30 dias, garantias ao término dos contratos, mudança na tributação do imposto de renda, seguro contra acidentes, restrição à aplicação de multas. Percebe-se que ainda hoje muitas dessas cláusulas, embora previstas em lei, continuam sendo desrespeitadas; de todo modo, podem-se constatar melhoras, como no caso do ganho do passe livre, quando o clube atrasa três meses de salário (SANTOS, 2002, p.35);
- h) construção de campos de futebol públicos - visando estimular o surgimento de novos talentos. Isso foi feito pelo menos em parte pelo Governo;
- i) eliminação do “bicho” - que é o prêmio por vitória em cada partida, substituído pela premiação de acordo com a classificação no final do campeonato. Apontava aqui, de maneira pioneira, a remuneração por metas individuais de longo prazo, associadas às metas da instituição, utilizada atualmente por empresas privadas e também pelas ligas esportivas americanas; mas o futebol brasileiro ainda utiliza o sistema de premiação por “bicho”, e acrescenta um prêmio por título aos jogadores na maioria dos casos.

As sugestões de Saldanha foram ignoradas e, em 1974, o Governo Militar substituiu João Havelange, que já planejava concorrer à Presidência na FIFA, na CBD, pelo Almirante Heleno Nunes (SANTOS, 2002). A política voltava a interferir fortemente no futebol. Sobre a gestão de João Havelange no comando da CBD, o próprio afirmou que aplicou conceitos de mercado.

Oriundo da Viação Cometa, procurou utilizar os mesmos princípios de organização lá aprendidos (YALLOP, 1998, apud SANTOS, 2002). Ao lado de Paulo Machado de Carvalho, então vice-presidente da CBD, desenvolveu um plano detalhista que possibilitou o avanço na preparação técnica da seleção brasileira visando as Copas do Mundo de 1958, 1962 e 1970, vencidas pelo escrete nacional. Assim, se a gestão do futebol ainda se desenvolvia a passos lentos, a gestão de campo já apresentava sensíveis melhorias. Em 1975 o CND instituiu o voto unitário, igualando o poder dos grandes clubes aos de menor expressão. Este sistema perdura até hoje, não só no futebol, como também nas eleições políticas, e garante a perpetuação dos dirigentes (SANTOS, 2002) e de suas relações de poder. Em 1976, o romantismo do futebol começou a ser substituído por uma consciência profissional mais séria, quando a profissão de jogador de futebol foi regulamentada pela Lei 6.354, através da qual os jogadores passariam a ter carteira de trabalho, benefícios dentro da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e até o direito de possuir o próprio passe após os 32 anos (BRUNORO E AFIF, 1997). Em 1979, devido à crise política do Governo, Nunes tentou cooptar apoio nos estados da Federação através da inclusão de clubes no campeonato nacional que foi, nesse ano, o maior da história, com 94 times na primeira divisão, gerando um famoso dito popular: “Onde a Arena (partido político do Governo) vai mal, um time no Nacional; onde a Arena vai bem, põe mais um também”. Ainda em 1979, a CBD foi desmembrada em confederações únicas para cada esporte. E assim nasce a CBF (SANTOS, 2002), bem como as confederações do voleibol, do basquete, do atletismo e de outros esportes.

Nos anos 1980, devido ao movimento de transição da ditadura para o sistema político mais democrático, o esporte ficou em segundo plano. E, como as transformações ao longo do tempo foram sempre estimuladas por fatores externos ao futebol, pouco ou nada ocorreu em termos de alteração da gestão do futebol. A Constituição de 1988 manteve o CND como entidade máxima (SANTOS, 2002).

Santos (2002) resume a evolução da gestão no futebol, dando a dimensão das importantes mudanças sofridas por esta modalidade esportiva ao longo do tempo, rumo à necessidade de uma gestão menos amadora:

“O futebol capitaneou duas grandes transformações no meio esportivo. Primeiro, foi o pioneiro na profissionalização dos seus atletas, que ocorreu no início do século XX, muito antes que em outros esportes. Além disso, foi o primeiro esporte a comercializar seus jogos em escala mundial, entrando para a indústria do entretenimento”. (p. 17).

Assim, ao longo de boa parte do século XX as atividades do gestor de futebol foram normalmente desenvolvidas baseadas na paixão pessoal. Ao analisarmos a paixão que um povo tem por um esporte, podemos identificar, por decorrência, os parâmetros que geram a atração de um determinado número de aficionados desse esporte por certo clube. Chanlat (1992) vê a afinidade de pessoas com certos grupos como resultado de um processo de socialização ou de aculturação de indivíduos, que desejam ser reconhecidos como membros de um grupo e diferenciados das pessoas pertencentes a outros grupos. Chanlat cita diversos autores (Adler, Hofstede, d'Íribarne) para lembrar que “não se pode tornar inteligível a dinâmica humana nas organizações sem conhecer a cultura e a sociedade na qual ela se inscreve”. E a cultura brasileira influencia e é fortemente influenciada pelo futebol. Isso levou à diluição de interesses financeiros na prática do futebol. Os clubes de futebol não possuíam o lucro financeiro como objetivo de negócio – posto que o futebol não era um negócio. O lucro era representado pela obtenção de títulos em campeonatos participados. Mas os últimos vinte anos levaram o gestor do clube de futebol a repensar sua atividade, e a transformá-la o mais próximo possível de um negócio (SANTOS, 2002; AIDAR, LEONCINI e OLIVEIRA, 2000; BRUNORO e AFIF, 1997; LEONCINI e SILVA, 2002). Nos anos 1980, começa a vir à tona a crise financeira de vários clubes de futebol que, imersos em dívidas contraídas na década anterior, vêm-se na obrigação de buscar soluções para manter sua performance esportiva. Essa busca levou alguns importantes atores do campo organizacional do futebol ao Congresso Nacional, visando a promover alterações no antigo sistema. Até a atualidade, diversas leis foram promulgadas, especialmente na década de 1990, como se verá mais adiante. Essas leis refletem o anseio dos atores do campo organizacional do futebol, na busca por alterações no modelo de gestão vigente. Entretanto, Santos (2002) aponta que, contraditoriamente, na passagem para o século XXI, o futebol simboliza o atraso e o conservadorismo, principalmente quando se discutido do ponto de vista econômico. De fato, o futebol pode ser considerado um esporte de caráter altamente conservador, espelhado nas suas regras, quase inalteradas há duzentos anos, nas estruturas e tipos de relações sociais existentes (SANTOS, 2002). Isso ajuda a explicar o porquê da falta de movimentos internos voltados para a mudança. Em 2000, o Congresso Nacional, após abusos políticos denunciados pela imprensa do país, convocou duas Comissões Parlamentares de Inquérito (CPIs): uma para avaliar as relações econômicas do futebol e outra para entender o relacionamento da Seleção Brasileira, da CBF e dos patrocinadores, mais especificamente da empresa de artigos esportivos Nike, naquela época (SANTOS, 2002). A conclusões das CPIs não geraram transformações de impacto para o futebol. É

importante ressaltar essa grave característica contemporânea do meio do futebol: os escândalos – notadamente oriundos da forma de gestão de suas organizações. Essa relação, que envolve a crise financeira dos clubes, a forma de gestão arcaica, a cultura brasileira e malversação de poder e verbas, é articulada pelo jornalista Marcos Caetano. Vale reproduzir parte de sua coluna no Jornal do Brasil de 19/08/2006, que talvez seja o melhor resumo das críticas habituais:

“Na condição de mais significativa e esfuziante manifestação brasileira, o futebol parece ter o poder de tornar superlativos todos os traços de velhacaria presentes na alma do país. Rouba-se na iniciativa privada? Rouba-se mais ainda no futebol. Sonegam-se impostos? Sonegam-se mais ainda no mundo da bola. Algumas empresas estão quebradas? Os clubes estão ainda mais. Há deputados corruptos? Os deputados-cartolas são ainda mais corruptos. É impressionante a quantidade de escândalos envolvendo os times de futebol. Para cada escândalo empresarial que alguém recorde, sou capaz de lembrar outros dois envolvendo agremiações esportivas – e isso apesar de existirem centenas de empresas para cada clube instalado no Brasil Escolha o crime, pois já vimos de tudo. Todo o código penal foi desafiado pelo mundo do futebol. (...) Até a crônica esportiva faz jabá. Infelizmente, é preciso admitir que para cada Juca Kfoury, para cada Trajano, para cada Tostão, para cada Armando Nogueira existe um jornalista jabazeiro. (...) É óbvio que existem exceções. Mas a dura realidade é que ninguém, nunca, jamais, em tempo algum foi preso por um escândalo futebolístico. (...) Já vi empresário, magistrados e te políticos irem em cana, nem que por umas poucas horas, mas nunca ninguém ligado ao futebol”.

Não obstante, nos últimos anos, até por pressões de organizações consideradas pelo grupo de atores como de gestão profissional – mídia e patrocinadores, o sistema começou a sofrer melhoras. Em 2002, a CBF pela primeira vez estabeleceu com antecedência a forma de disputa do campeonato brasileiro de futebol para os três anos seguintes -2003, 2004 e 2005. Não só essa fórmula foi determinada (o sistema de pontos corridos), como também o número de participantes em cada ano e os sistemas de ascenso e descenso da primeira, segunda e terceira divisões. Essa medida beneficiou não só a mídia e a Rede Globo de Televisão, detentora dos direitos de transmissão do campeonato brasileiro de futebol, como também os próprios torcedores, clubes, e jogadores, uma vez que um calendário antecipado que é cumprido é benéfico para todos os atores.

Em janeiro de 2006, a CBF determinou que o sistema de pontos corridos e o número de clubes rebaixados e ascendidos da e para a primeira divisão permaneceria como antes, para os futuros campeonatos de 2006 e 2007 – ano em que se encerra o contrato de direitos de transmissão com a atual detentora, a Rede Globo de Televisão. Assim, se até 2003 nenhuma fórmula de disputa do campeonato brasileiro havia jamais sido repetida, isto passou a ocorrer até a presente data, e está garantida até 2007 pela CBF, num claro sinal de evolução da gestão do futebol. Essa determinação da CBF refletiu o anseio dos atores do campo organizacional do futebol, na busca por alterações no modelo de gestão vigente. Para entender melhor de que forma essa influência foi exercida e institucionalizada, foi eleita a Teoria Institucional para ajudar a entender como os atores do campo organizacional do futebol exercem influência no modo de gestão dos clubes de futebol.